

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

<b>Relação dos Membros dos Plenários – Presentes</b>	
<b>Entidade</b>	<b>Nome</b>
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto
AEAN	Edmo José Stahl Cardoso
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
	Hugo Marcos Piffer Leme
BIOSS	Sidney José da Rosa
CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida
FIESP	Vilella
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
COPASA	Ana Paula Moreira de Faria
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
	Sarah Janaína Menuzzo Quental
	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
FIEMG	Rodrigo Hajjar Francisco
Fórum das Américas	
IPSA-C	Antônio Álvaro Buso Junior
Fundação Florestal	Raquel Junqueira Costa
IEF	Rafael Jó Girão
Instituto Agir Ambiental	Mariana Cristina Souza Santos
Instituto Mineiro de Agropecuária	Fabiana Monteiro de Moura Fernandes Campos
IGAM	Francisco Antônio Moschini
INEVAT	David Figueiredo Barros do Prado
Melhoramentos Florestal	Teresa Cristina Moura Penteado
Movimento Resgate o Cambuí	Maria Rodrigues Cabral
Polícia Militar de Minas Gerais	Claudinei Soares Gonçalves
P.M. de Americana	Carlos Cesar Gimenez Zappia
P.M. de Camanducaia	Saulo Tarsis Paiva Vieira
P.M. de Campinas	Dario Jorge Giolo Saadi (p/p Manuelito Pereira Magalhães)
P.M. de Iracemópolis	Nelita Cristina Michel Franceschini (p/p Rodrigo Valdanha)
P.M. de Itatiba	Thomas Antonio Capeletto de Oliveira (p/p Gustavo Cosenza de Almeida Franco)

P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Jundiá	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Itupeva	Jair Gomes de Souza
P.M. de Limeira	Simone Fernanda Zambuzi
P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Piracaia	Stela Dalva Sorgon
P.M. de Piracicaba	Luciano Santos Tavares de Almeida
P.M. de Santa Bárbara d' Oeste	Laerson Andia Junior (p/p Celia Campos)
P.M. de Santo Antônio de Posse	João Leandro Lolli (p/p Alice Bortolotto Valsechi)
P.M. de Saltinho	Aline Maria Leite Moraes
P.M. de São Pedro	Danilo de Albuquerque
SAAESP	
P.M. de Tietê	Vlamir de Jesus Sandei (p/p Reinaldo Martin de Camargo)
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Vinhedo	Dario Pacheco de Moraes
Rotary International – D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
SABESP	Hélio Rubens Gonçalves Figueiredo
	Wilson Aparecido Stocco
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Denis Herisson da Silva
Secretaria de Desenvolvimento Regional	Cláudia Cerqueira do Nascimento
Secretaria da Educação	Gabriel Chamma Júnior
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Fábio Augusto Negreiros
Secretaria de Logística e Transportes	André Luiz Sanchez Navarro
Secretaria da Saúde	Caroline Túbero Bacchin
	Augusto Olavo Leite
	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	Marcos César Prado
Secretaria da Saúde - MG	José Augusto Faria Wood
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	Roseli dos Santos Souza
Sindicato Rural de Campinas	Luiz Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SIFAESP	Gilson Camargo da Silva
UNICA	André Elia Neto
<b>Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada</b>	
<b>Entidade</b>	<b>Nome</b>
Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno

1

Ao quarto dia do mês de outubro de 2022, por meio de videoconferência, foi realizada a 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 148 (cento e quarenta e oito)

5 pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes”

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

10 apresentada acima e do público em geral, registrados por meio  
de manifestação de presença realizada no *chat* da plataforma  
de videoconferência utilizada. **1. Abertura.** A convocação e a  
15 pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ,  
do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem  
eletrônica em 14/09/2022. A abertura da reunião foi realizada  
pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da  
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do  
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do  
20 PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre  
a existência de quórum nos três comitês para o início da  
reunião. Ato contínuo, o Sr. André apresentou a pauta da  
reunião, questionando aos membros se havia alguma  
consideração sobre o seu conteúdo. Não havendo  
manifestações, a pauta foi considerada aprovada por  
25 unanimidade. **2. Assuntos a deliberar. 2.1. Aprovação da ata  
da 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-  
PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em  
29/06/2022, por videoconferência.** O Sr. André Luiz Sanchez  
Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio  
30 Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-  
executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos  
membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da  
25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ  
FEDERAL e CBH- PJ1), realizada em 29/06/2022, por  
35 videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade e  
o Sr. André abriu a palavra para manifestações sobre o seu  
conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta  
foi colocado em votação, sendo aprovada por unanimidade.  
**2.2. Referendo de atos dos presidentes dos Comitês PCJ.** O  
40 Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria  
de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São  
Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ  
FEDERAL, explanou que em virtude da necessidade de  
atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ,  
45 podem ser emitidas deliberações *Ad Referendum* pelos  
presidentes, anteriormente à apreciação da matéria pelos  
plenários, devendo ser por eles posteriormente referendadas.  
O Sr. André informou que foram emitidas duas deliberações  
*Ad Referendum* que demandam referendo dos plenários, uma  
50 referente a alteração do Anexo I da Deliberação dos Comitês  
PCJ nº 282/2017, que dispõe sobre os limites de valores de  
diárias para participação de membros dos Comitês PCJ, em  
reuniões internas e externas à sua área de atuação, em território  
nacional, e a outra que altera a fonte de recursos e indica  
55 empreendimento para financiamento com recursos oriundos da  
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos  
Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH),  
referentes ao exercício de 2022. Na sequência, passou ao  
detalhamento das deliberações *ad referendum* a serem  
60 referendadas: **a) Deliberação Ad Referendum dos Comitês  
PCJ nº 411/22, de 05/08/2022:** O Sr. André informou que a  
Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 411/22, de  
05/08/2022, define os limites de valores de diárias para  
participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões  
65 internas e externas à sua área de atuação, em território  
nacional. Explicou que os valores foram ajustados conforme  
as disposições do Ofício Circular nº 4/2022/SAS/ANA, de  
20/07/2022, que comunicou sobre a necessidade de  
observância aos valores referenciados na alínea “c”, do Anexo  
70 I do Decreto Federal nº 5.992/2006, atualizado pelo Decreto  
Federal nº 11.117/2022, para o estabelecimento dos valores de  
diárias a serem pagas a membros de comitês de bacias  
hidrográficas e que os limites de valores de diárias para  
participação de membros dos Comitês PCJ se encontra no

75 Anexo I da referida deliberação; **b) Deliberação Ad  
Referendum dos Comitês PCJ nº 412/22, de 02/09/2022:** O  
Sr. André informou que a Deliberação *Ad Referendum* dos  
Comitês PCJ nº 412/22, de 02/09/2022, altera a fonte de  
80 recursos e indica empreendimento para financiamento com  
recursos oriundos da Compensação Financeira pela Utilização  
dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia  
Elétrica (CFURH), referentes ao exercício de 2022.  
Complementou que a referida deliberação está relacionada aos  
termos da Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº  
85 383/21, de 12/11/2021, que define cronograma e regras gerais  
e específicas para seleção de empreendimentos visando à  
indicação para obtenção de financiamento com recursos da  
Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Rios de  
Domínio do Estado de São Paulo nas Bacias PCJ - Cobrança  
90 PCJ Paulista, no âmbito do Programa II da Política de  
Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos  
Comitês PCJ - Política de Mananciais PCJ, referente ao  
orçamento do exercício de 2022. Com a inscrição deferida no  
processo de pré-qualificação, na temática de “Conservação,  
95 Recuperação e Restrição”, o empreendimento proposto pela  
Prefeitura Municipal de Piracaia, se encontrou apto à indicação  
para financiamento com recursos financeiros do exercício de  
2022 da Cobrança PCJ Paulista. Dispondo da apuração de  
saldos de recursos da Compensação Financeira pela Utilização  
100 dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia  
Elétrica (CFURH), disponíveis para deliberação pelos  
Comitês PCJ, realizada pela Secretaria Executiva do Conselho  
Orientador do Fundo Estadual de Recursos Hídricos  
(SECOFEHIDRO), a presente proposta tratou da alteração da  
105 fonte de recursos para o empreendimento em questão, de  
“Cobrança PCJ Paulista” para “CFURH”, e a subsequente  
indicação deste para financiamento, pelos Comitês PCJ.  
Informou ainda que os saldos de recursos financeiros oriundos  
da CFURH, referentes à quota-parte do CBH-PCJ, apurados  
110 após a presente indicação, serão somados aos recursos a serem  
disponibilizados pelo Conselho Orientador do Fundo Estadual  
de Recursos Hídricos (COFEHIDRO) para o exercício de 2023  
e disponibilizados pelos Comitês PCJ em novo processo de  
seleção e indicação de empreendimentos; **c) Aprovação da  
115 minuta.** Posteriormente aos esclarecimentos sobre os  
conteúdos das deliberações *Ad Referendum*, foi aberta a  
palavra para manifestações dos presentes e não havendo, o Sr.  
André colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº  
415/22, de 04/10/2022, que referenda os atos dos presidentes  
dos Comitês PCJ, à votação, a qual foi aprovada por  
120 unanimidade. **2.3. Apreciação de minuta de deliberação que  
aprova calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais  
e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês  
PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2023-  
125 2025.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da  
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do  
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do  
PCJ FEDERAL, explicou a todos que, em função da  
necessidade de se estabelecer prazos, normas, procedimentos  
130 e critérios para orientação ao processo de escolha dos  
representantes dos órgãos e entidades governamentais, dos  
municípios, dos usuários de recursos hídricos e das  
organizações civis para composição dos Plenários do CBH-  
PCJ e do PCJ FEDERAL, no período 2023-2025, foi elaborada  
135 a presente minuta de deliberação contendo proposta de  
calendário, regras e de edital com os procedimentos eleitorais,  
bem como proposta da constituição da Comissão Eleitoral  
referentes ao processo eleitoral 2023-2025. O Sr. André  
cientificou a todos que o Grupo de Trabalho Eleições (GT-

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

- 140 Eleições) 2023 instituído na Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), se reuniu nos dias 15/05/2022 e 08/06/2022, que culminou na minuta de deliberação que ora se apresenta. Também informou que os procedimentos propostos do processo eleitoral serão realizados de forma não presencial, bem como as reuniões e assembleias setoriais. Informou ainda que o calendário, regras e edital com os procedimentos eleitorais, bem como a constituição de Comissão Eleitoral para o mandato 2023-2025 foi apreciado na 86ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 02/09/2022, por videoconferência.
- 145 Dando continuidade, o Sr. André apresentou a proposta de cronograma e a composição da Comissão Eleitoral, como segue: **a)** calendário para o processo de eleição dos representantes dos segmentos Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas, do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, para o mandato 2023-2025: I) até 21/10/2022 (sexta-feira) - data-limite para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ realizar a publicação do Edital nos Diários Oficiais do Estado de São Paulo e da União; II) de 24/10/2022 (segunda-feira) a 29/12/2022 (quinta-feira) - inscrição de usuários e entidades representativas de usuários de recursos hídricos e de organizações cívicas; III) 06/01/2023 (sexta-feira) - para análise, pela Comissão Eleitoral, das inscrições de usuários e entidades representativas de usuários de recursos hídricos e de organizações cívicas e divulgação dos resultados; IV) de 07/01/2023 (segunda-feira) a 11/01/2023 (quarta-feira) - prazo para apresentação de pedidos de impugnação e de recursos referentes às inscrições de usuários e entidades representativas de usuários de recursos hídricos e de organizações cívicas; V) 13/01/2023 (sexta-feira) - para análise, pela Comissão Eleitoral, dos pedidos referenciados no inciso IV e divulgação dos resultados; VI) de 16/01/2023 (segunda-feira) a 27/01/2023 (sexta-feira) - inscrição de chapas de usuários de recursos hídricos e organizações cívicas; VII) 31/01/2023 (terça-feira) - para análise, pela Comissão Eleitoral, das inscrições de chapas e divulgação das chapas habilitadas para os segmentos Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas; VIII) de 03/02/2023 (sexta-feira) a 09/02/2023 (quinta-feira) - prazo para apresentação de pedidos de impugnação e de recursos referentes às inscrições de chapas para os segmentos Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas; IX) 10/02/2023 (sexta-feira) - para análise, pela Comissão Eleitoral, dos pedidos referenciados no inciso VIII e divulgação final das chapas habilitadas; X) 24/02/2023 (sexta-feira) - data de realização das votações para eleição das chapas representantes do segmento Organizações Cívicas e das Assembleias Geral e Setoriais para apuração dos votos, e homologação pela Comissão Eleitoral; XI) 27/02/2023 (segunda-feira) - data de realização das votações para eleição das chapas representantes do segmento Usuários de Recursos Hídricos; XII) 28/02/2023 (terça-feira) - data de realização da Assembleia Geral e Setoriais para apuração dos votos e homologação dos resultados das votações do segmento Usuários de Recursos Hídricos, pela Comissão Eleitoral, e divulgação pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ; XIII) até 07/03/2023 (terça-feira) - indicação, pelas entidades eleitas para os segmentos Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas, dos seus representantes nos Plenários; **b)** Composição da Comissão Eleitoral: I) Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, que será o seu coordenador; II) Secretário-executivo dos Comitês PCJ: (a) Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que substituirá o coordenador em seus impedimentos e ausências; e (b) Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ, que substituirá o coordenador em seus impedimentos e ausências,
- 205 nos casos em que também ocorrerem impedimentos e ausências do Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; III) Representantes do Estado de São Paulo, nos Plenários do CBH-PCJ ou do PCJ FEDERAL, a saber: 1 (um) representante titular de cada setor do segmento Usuários de Recursos Hídricos: (a) Setor Abastecimento Público: Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); (b) Setor Irrigação: Sindicato Rural de Rio Claro; (c) Setor Indústria: Associação Brasileira da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA); 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do segmento Organizações Cívicas: (a) Titular: Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C), (b) Suplente: Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR); 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente do segmento dos Municípios escolhidos dentre os membros dos Comitês PCJ: (a) Titular: Prefeitura Municipal de Jundiá/SP; (b) Suplente: Prefeitura Municipal de Louveira/SP; 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente do segmento Órgãos de Governo escolhidos dentre os membros dos Comitês PCJ: (a) Titular: Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP); (b) Suplente: Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE); 1 (um) representante do Segmento Órgãos de Governo, representante dos órgãos e entidades do Governo Federal: (a) Titular: Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional. Quanto aos representantes do Estado de Minas Gerais, nos Plenários do PCJ FEDERAL, indicados pelo CBH-PJ1, o Sr. André informou que houve uma prorrogação e serão indicados posteriormente, até o dia 20/12/2022. Os representantes a serem indicados são: 1 (um) representante do segmento Usuários de Recursos Hídricos; 1 (um) representante do segmento Organizações Cívicas; 1 (um) representante do segmento “Municípios”; e 1 (um) representante do segmento Órgãos de Governo. Após as explanações, o Sr. André abriu a palavra para manifestações dos presentes e passou a palavra para o Sr. Francisco Antônio Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT), que questionou sobre o processo de inscrição de usuários de recursos hídricos quanto à documentação: cópia da ata da última eleição e posse da diretoria da entidade, devidamente registrada em cartório, comprovando data de registro até dia 29/12/2022. A Sra. Vanessa Longato, Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que deverá ser protocolada a cópia da ata da última eleição e posse da diretoria atual da entidade e posteriormente a nova eleição da entidade, ser encaminhado o documento com a atualização da nova diretoria. Após as explicações e não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 416/22, de 04/10/2022, que aprova calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2023-2025, e dá outras providências, à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **2.4. Apreciação de minuta de deliberação que atualiza o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que com a liberação dos recursos financeiros advindos do retorno do pagamento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (incontroverso), pela Companhia de



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

270 Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP),  
requereu a revisão geral e a redistribuição dos recursos  
suplementares para investimentos previstos no Plano.  
275 Explanou que a alteração do Plano de Aplicação Plurianual das  
Bacias PCJ para o exercício 2021 a 2025 (PAP-PCJ 2021-  
2025) também é necessária devido à estimativa de superávit de  
arrecadação advinda da cobrança pelo uso dos recursos  
hídricos em rios de domínio da União apresentada pela  
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).  
280 Para discutir essa revisão, foi criado no âmbito da Câmara  
Técnica de Planejamento (CT-PL), o Grupo de Trabalho  
Ajuste do PAP-PCJ 2023 a 2025 (GT-Ajuste PAP 2023-2025),  
que se reuniram em duas oportunidades, sendo uma em  
03/05/2022 e a outra em 04/08/2022, ambas por  
videoconferência, e elaboraram e discutiram a proposta em  
285 apreciação nesta reunião. O Sr. André informou que, de acordo  
com a Deliberação dos Comitês PCJ nº 345/20, de 11/12/2020,  
que aprovou o PAP-PCJ para o período 2021-2025, quando a  
alteração do valor dos recursos financeiros envolvidos não  
ultrapassa os 10% (dez por cento) da reordenação do  
290 planejamento financeiro, a Câmara Técnica do Plano de Bacias  
(CT-PB) dos Comitês PCJ poderá realizar uma proposta de  
alteração para a Fundação Agência das Bacias PCJ. Entretanto,  
quando a proposta de alteração do PAP-PCJ estiver na faixa  
entre 10% a 25% (entre dez e vinte e cinco por cento), os  
295 recursos financeiros só poderão ser realocados mediante  
proposta de alteração aprovada pela Câmara Técnica de  
Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, e quando o montante  
é superior a 25% (vinte e cinco por cento) há a necessidade da  
proposta ser apreciada pelos Plenários dos Comitês PCJ,  
300 ouvida a CT-PL. A proposta de alteração do PAP-PCJ 2021-  
2025 se encontra na faixa superior a 25% (vinte e cinco por  
cento), havendo desta forma a necessidade de elaboração de  
uma proposta de deliberação a ser aprovada pelos Plenários  
dos Comitês PCJ, conforme estabelecido no Art. 5º daquela  
305 Deliberação. Assim, a presente proposta foi apreciada na 11ª  
Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica de  
Planejamento (CT-PL) e Câmara Técnica do Plano de Bacias  
(CT-PB), realizada em 02/09/2022, por videoconferência. Em  
seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo  
310 Pedrozo, Analista Técnico da Coordenação de Sistemas de  
Informação (CSI) da Fundação Agência das Bacias PCJ, que  
explanou sobre a atualização do PAP-PCJ 2023-2025. O Sr.  
Diogo informou que o PAP-PCJ abrange os anos de 2021-  
2025, conforme aprovado na Deliberação dos Comitês PCJ nº  
315 345/20, de 11/12/2020, mas que a atualização em apreciação  
se refere ao prazo ainda a ser executado, por isso o destaque  
ao período 2023-2025. O Sr. Diogo informou que o atual PAP-  
PCJ previa o desembolso de R\$ 83.523.849,59 (oitenta e três  
milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e  
320 nove reais e cinquenta e nove centavos). A atualização envolve  
o acréscimo de recursos proveniente da retomada do  
pagamento pela SABESP pelo uso dos recursos hídricos  
(cobrança PCJ Federal) e a liberação do recurso incontroverso  
pago nos anos de 2019 e 2020, a realocação de recursos de  
325 ações que tiveram saldos disponíveis não utilizadas, os ajustes  
inflacionários dos valores de ações contínuas e a inclusão de  
novas ações. Com esses ajustes, o novo valor proposto na  
atualização ficou na ordem de R\$ 143.123.727,44 (cento e  
quarenta e três milhões, cento e vinte e três mil reais e  
330 setecentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos). O  
Sr. Diogo apresentou informações sobre o aprimoramento da  
deliberação onde informou sobre a proposta de a Fundação  
Agência das Bacias PCJ fazer remanejamentos, inclusões,  
exclusões e proposta de alteração dos montantes a ser

335 financiados que poderão ser apresentados na reunião Plenária  
dos Comitês PCJ até o dia 31/03 de cada ano. O Sr. André  
exclamou que foram realizados ajustes na proposta da presente  
minuta, a saber: a) no Capítulo III – Da Alocação dos Recursos  
por Programas e Finalidades, Art. 8º, Quadro 4 - Estimativa  
340 dos recursos financeiros para o período 2021 a 2025, realizou-  
se a correção do ano 2021 para 2022; Art. 9º, Quadro 5 –  
Alocação dos recursos financeiros por programa para o  
período 2021 a 2025, realizou-se a correção dos valores  
alocados para o Programa Segurança Hídrica e Eventos  
345 Críticos para os anos de 2022 o valor de R\$ 1.500.000,00 (um  
milhão e quinhentos mil reais), 2023 o montante de R\$  
700.000,00 (setecentos mil reais), 2024 a quantia de R\$  
387.303,25 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e três reais  
e vinte e cinco centavos), totalizando o valor de R\$  
350 2.587.303,25 (dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil,  
trezentos e três reais e vinte e cinco centavos). No Programa  
Gestão da demanda, realizou-se a realocação das quantias para  
os anos de 2022 e 2023, mantendo o valor total de R\$  
1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). Por fim, a  
355 alteração dos valores alocados no Programa Manutenção e  
Custeio Administrativo da entidade delegatária para o ano de  
2023 passando de R\$ 1.440.541,43 (um milhão, quatrocentos  
e quarenta mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta  
e três centavos) para R\$ 2.545.785,02 (dois milhões, quinhentos  
e quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dois  
360 centavos), para o ano de 2024 o valor de R\$ 1.440.542,51 (um  
milhão, quatrocentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e  
dois reais e cinquenta e um centavos) para R\$ 2.600.788,72  
(dois milhões e seiscentos mil, setecentos e oitenta e oito reais  
e setenta e dois centavos), e no ano de 2025 de R\$  
365 1.440.541,38 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil,  
quinhentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos) para  
R\$ 2.657.917,87 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e sete  
mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos). A  
370 quantia total da finalidade 4 - Manutenção do Comitê de  
Bacias Hidrográficas e da Entidade Delegatária passou de R\$  
6.335.514,14 (seis milhões, trezentos e trinta e cinco mil,  
quinhentos e quatorze reais e quatorze centavos) para R\$  
10.657.139,46 (dez milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil,  
375 cento e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos). Após as  
correções, o Sr. André complementou que o maior acréscimo  
foi alocado na finalidade 1 - Gerenciamento de Recursos  
Hídricos, passando na ordem de R\$ 75.044.644,48 (setenta e  
cinco milhões, quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e  
380 quatro reais e quarenta e oito centavos), na finalidade 2 -  
Agenda Setorial ficou na ordem de R\$ 43.076.789,38  
(quarenta e três milhões, setenta e seis mil, setecentos e oitenta  
e nove reais e trinta e oito centavos) e R\$ 28.966.103,63 (vinte  
e oito milhões, novecentos e sessenta e seis mil, cento e três  
385 reais e sessenta e três centavos) para a finalidade 3 - Apoio ao  
Comitê de Bacia Hidrográfica. Na sequência, o Sr. André  
passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor  
Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias  
PCJ, que complementou destacando que a nova versão de uso  
390 dos recursos do PAP-PCJ subsidia a execução e  
implementação de vários instrumentos de planejamento e  
controle financeiro e ressaltou que a proposta de alocação dos  
recursos financeiros foi levada em consideração as prioridades  
estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 e seus  
395 cadernos temáticos. Por fim, o Sr. Ivens fez um agradecimento  
aos membros do GT-Ajuste PAP 2023-2025 e a Coordenação  
de Sistemas de Informação (CSI) da Fundação Agência das  
Bacias PCJ pelos trabalhos realizados relacionados à  
atualização do PAP-PCJ. Em seguida, o Sr. André passou a

## Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

400 palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da  
Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que todas as  
ações estabelecidas no PAP-PCJ são acompanhadas e  
auditas pelos técnicos da Agência Nacional de Águas e  
Saneamento Básico (ANA). Dando prosseguimento, o Sr.  
405 André abriu para manifestação dos presentes, não havendo,  
submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22,  
de 04/10/2022, que atualiza o Plano de Aplicação Plurianual  
das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e  
Jundiaí - PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025, e dá outras  
410 providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.5.**  
**Apreciação de minuta de deliberação que aprova**  
**“Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias**  
**PCJ 2022 - ano base 2021” das Bacias Hidrográficas dos**  
**Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Bacias PCJ.** O Sr.  
415 André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de  
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São  
Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ  
FEDERAL, informou que o Relatório de Situação dos  
Recursos Hídricos 2022 (ano base 2021) dos colegiados  
420 paulistas deveriam ter sido aprovados até 30/06/2022. Porém,  
em razão do atraso na disponibilização dos dados pelos órgãos  
responsáveis, não foi possível a elaboração do relatório em  
tempo hábil. Desse modo, a Coordenadoria de Recursos  
Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi) postergou para até  
425 31/10/2022 como data limite para a aprovação dos Relatórios  
de Situação dos Recursos Hídricos 2022 (ano base 2021). Em  
seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo  
Pedrozo, Analista Técnico da Coordenação de Sistemas de  
Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ, que  
430 explanou sobre o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos  
das Bacias PCJ 2022 (ano base 2021). O Sr. Diogo informou  
que o embasamento e as orientações gerais para a elaboração  
do relatório seguiram a metodologia descrita na Deliberação  
do Conselho de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo  
435 (CRH-SP) nº 146/12, de 11/12/2012, que aprova os critérios,  
os prazos e os procedimentos para a elaboração do Plano de  
Bacia Hidrográfica e do Relatório de Situação dos Recursos  
Hídricos da Bacia Hidrográfica, sendo os dados cedidos pela  
Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria de  
440 Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo  
(CRHi/SIMA-SP). Conforme previsto na Lei Estadual Paulista  
nº 7.663/91, de 30/12/1991, o Relatório de Situação dos  
Recursos Hídricos (RSRH) é um instrumento de avaliação da  
eficácia do Plano de Recursos Hídricos. Os dados foram  
445 disponibilizados pela CRHi no dia 17/05/2022, com  
atualizações encaminhadas nos dias 26/05, 13/07, 25/07 e  
05/08. Cada atualização gerou uma reanálise e alterações no  
Relatório de Situação em processo de apreciação. O Relatório  
de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2022 - Ano  
450 Base 2021 foi apreciado na 11ª Reunião Extraordinária  
Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e  
Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), em 02/09/2022,  
por videoconferência. Na sequência, o Sr. Diogo apresentou  
uma síntese do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos  
455 das Bacias PCJ 2022 - Ano Base 2021 e informou a situação  
dos recursos hídricos na Unidade de Gerenciamento de  
Recursos Hídricos - 05 (UGRHI-05), que destacou a  
críticidade da disponibilidade hídrica com disponibilidade de  
944,33 m³/hab.ano (novecentos e quarenta e quatro metros  
460 cúbicos e trinta e três centésimos por habitante por ano), a alta  
demanda de vazão outorgada para abastecimento público,  
incluindo a outorga da transposição do Sistema Cantareira de  
33 m³/s (trinta e três metros cúbicos por segundo), o  
crescimento na demanda de vazão outorgada para o meio rural

465 e outros usos. Apresentou a criticidade no balanço entre a  
vazão total e a vazão média outorgada já ultrapassando as  
vazões mínimas estatísticas, e a criticidade na vazão outorgada  
subterrânea em relação às reservas exploráveis, que já  
alcançam a metade da disponibilidade nas Bacias PCJ. A  
470 abordagem e a orientação para a gestão foram: a) estratégia  
direcionada à execução; b) foco nas ações de curto prazo; c) o  
RSRH deverá acompanhar a implementação do Plano das  
Bacias PCJ 2020-2035; d) apoio a ações em discussão ou  
implementação nas Câmaras Técnicas; e e) abordagem  
475 vinculada às ações previstas no Plano das Bacias PCJ 2020-  
2035, focadas no Plano de Ação e Programa de Investimentos  
PA/PI-PCJ 2020-2023 que foi atualizado. Apresentou a  
situação das Bacias PCJ quanto às situações de saneamento  
básico como atendimento da população urbana com água,  
480 perdas no abastecimento urbano em situação regular, e do  
esgoto tratado que atinge níveis de 93,5% (noventa e três por  
cento e cinco décimos) de coleta, 82,6% (oitenta e dois por  
cento e seis décimos) de tratamento e 73,6% (setenta e três por  
cento e seis décimos) de eficiência na remoção dos nutrientes,  
485 e sobre a situação da drenagem nos municípios. Quanto ao  
acompanhamento da qualidade dos corpos hídricos, o Sr.  
Diogo apresentou o Índice de Qualidade da Água (IQA), que  
aumentou os pontos de monitoramento após o ano de 2020 e  
que teve queda por conta dos efeitos da pandemia da Covid-  
490 19. O IQA apresenta perda de qualidade na sequência de  
montante a jusante. Em relação às adequações no Plano de  
Ação e Programa de Investimentos - PA/PI (síntese das  
adequações), o Sr. Diogo informou que foram realizados  
ajustes por conta das situações apresentadas no Relatório de  
495 Situação. Quanto às adequações, a síntese foi: a) recursos  
realocados entre ações; b) recursos redistribuídos; c) recursos  
transferidos e/ou postergados de 2022 para 2023, último ano  
de vigência do atual PA/PI; d) Secretaria Executiva do  
Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos  
500 Hídricos (SECOFEHIDRO) atualizou saldos e valores para  
indicações de empreendimentos cuja fonte foram a  
Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos  
(CFURH), que teve alteração de ações por conta desse saldo  
apresentado; e) consulta sobre indicação de empreendimentos  
505 em 2022 e respectivos ajustes do PA/PI, realizado por meio do  
envio do Ofício Comitês PCJ nº 109/2022; f) ampliação de  
recursos financeiros em determinadas ações diante das  
realocações efetuadas; e g) realocação de ações previstas para  
financiamento pelo FEHIDRO que retornaram para o PAP-  
510 PCJ, por conta do acréscimo de recurso disponível para  
financiamento. O Sr. Diogo informou que o RSRH não está  
considerando os dados de qualidade de águas subterrâneas,  
pois os dados não foram disponibilizados pela CRHi a tempo,  
sendo que se for disponibilizado, uma versão complementada  
515 do relatório será apresentada para apreciação do Plenário dos  
Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. André abriu para  
manifestações dos membros e passou a palavra para o Sr.  
Miguel Madalena Milinski, representante Associação Amigos  
do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR), que  
520 exclamou que, segundo o Relatório de Situação dos Recursos  
Hídricos das Bacias PCJ 2022 - Ano Base 2021, as ações  
previstas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 não foram  
integralmente concluídas, especificamente quanto a  
universalidade do tratamento de água e esgoto. Questionou  
525 ainda as formas das cobranças Paulista e Federal relacionadas  
com a disponibilidade dos dados para elaboração do RSRH.  
Dando continuidade, o Sr. Diogo informou que as metas estão  
baseadas, não somente em obras e serviços voltados ao  
tratamento de água e esgoto, mas também em ações de gestão.

## Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

530 Quanto aos investimentos, o Sr. Diogo explicou que o acompanhamento dos recursos financeiros foi realizado de forma integrada, cobranças Estadual e Federal, FEHIDRO e CFURH. Estão sendo realizadas discussões internas entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e Secretaria Executiva dos Comitês PCJ quanto a forma integrada de acompanhamento do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) e do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ). O Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ complementou informando que independente da forma de investimento, a importância de atendimento às metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035. Após as explanações, e não havendo solicitação, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 418/22, de 04/10/2022 que aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2022 - ano base 2021” das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Bacias PCJ e dá outras providências, à votação, sendo aprovadas por unanimidade. **2.6. Apreciação de minuta de deliberação que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos - PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou tratar-se de minuta de deliberação que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos (PA/PI) para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020-2023, cuja versão vigente foi aprovada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 390/21, de 10/12/2021. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo Pedrozo, Analista Técnico da Coordenação de Sistemas de Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre a atualização do Plano de Ação e Programa de Investimentos - PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, para o quadriênio 2020 a 2023. O Sr. Diogo informou que o PA/PI é o instrumento que explicita como será a aplicação dos recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista e da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). Informou que as principais modificações na nova proposta do PA/PI são: a) fomento aos Planos Municipais de Saneamento Rural; b) promoção da compatibilidade entre os planos de cada UGRHI; c) elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais; d) elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico; e) elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas; f) elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos; g) elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário; h) elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes; i) implementação de projetos de PSA; e j) controle de perdas em sistemas de abastecimento de água. Na sequência, também informou que houve transferência de recursos para 2023 em duas ações: a) elaboração do Plano de Comunicação quando de operações emergenciais das barragens; e b) cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais. Informou que algumas ações tiveram recursos diminuídos por conta da revisão dos custos previstos de sua execução. Informou que nove ações foram realocadas do PA/PI para o PAP-PCJ, sendo elas: a) substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes; b) desenvolvimento de estudo de alternativas de aumento da disponibilidade hídrica nas sub-bacias dos Rios Atibaia, Jundiá e Capivari; c) manutenção e

595 aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ; d) manutenção e aprimoramentos do Sistema de Suporte à Decisão - SSD PCJ; e) expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos; f) implementação de projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA; g) promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga; h) promoção do isolamento de fatores de degradação em matas ciliares e áreas de recarga; e i) processos formativos de representantes dos poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários sobre a realidade socioambiental das Bacias PCJ e as prioridades do Plano das Bacias PCJ. O Sr. André complementou que a presente deliberação foi apreciada na 11ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB, realizada em 02/09/2022, por videoconferência. Após as explicações, o Sr. André abriu para manifestações e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 419/22, de 04/10/2022, que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos - PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023, e dá outras providências, à votação, sendo aprovadas por unanimidade. **2.7. Apreciação de minuta de deliberação que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da CFURH, referente ao orçamento de 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a presente minuta de deliberação trata da definição de critérios gerais para a aplicação dos recursos da Cobrança Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao orçamento de 2023, para empreendimentos de Demanda Priorizada. Dando continuidade, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, Analista Técnica da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre a seleção de empreendimentos 2023 e informou que as temáticas das ações financeáveis estão de acordo com o Plano de Bacias PCJ 2020-2035 e o Plano de Ação e Programa de Investimentos 2020-2023 (PA/PI-PCJ 2020-2023) apreciado anteriormente na presente reunião. Sobre as ações financeáveis, a Sra. Lívia informou que estão distribuídas em 3 (três) PCDs: (i) PDC 1/1.2 - referente ao planejamento e gestão de recursos hídricos englobando as ações de revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico, elaboração de Planos Municipais de Saneamento Rural, elaboração de Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais e elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas Hídricas no Sistema de Abastecimento de Água; (ii) PDC 5/5.1 - trata do controle de perdas em sistemas de abastecimento englobando obras, serviços e equipamentos visando o controle de perdas hídricas em sistemas de abastecimento de água; e (iii) PDC 3/3.1 - referente ao esgotamento sanitário com ações para elaboração de projetos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos, elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário e elaboração de projetos para melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes. Em seguida, informou sobre o período para as inscrições, realizando uma correção na data do início do período, ficando do dia 07 a 25/10/2022; o cronograma geral do processo de análise de pré-qualificação



## Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

660 dos empreendimentos, os valores mínimos e máximos estabelecidos para as ações e destacou os requisitos básicos para as inscrições dos municípios. Por fim, a Sra. Livia enfatizou sobre os municípios priorizados de acordo com o Plano de Bacias PCJ 2020-2035, para cada temática. Dando continuidade, o Sr. André abriu para manifestações e passou a palavra para o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), que solicitou um esclarecimento quanto aos municípios não priorizados, se podem ou não, efetivar o pleito aos recursos financeiros previstos para o presente edital. A Sra. Elaine Franco de Campos, Coordenadora da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, enfatizou que inicialmente são priorizados os municípios destacados no Plano de Bacias PCJ 2020-2035, conforme elencados no Anexo V ao XII da deliberação em aprovação. Ressaltou ainda, que a pedido da Fundação Agência das Bacias PCJ será aberto a inscrição para os demais municípios das Bacias PCJ, entretanto a priorização na seleção para o pleito dos recursos será a já citada pela Sra. Livia em sua apresentação. O Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ complementou informando que a intenção é balizar as demandas e as diretrizes em função dos pleitos realizados pelos municípios das Bacias PCJ. Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 420/22, de 04/10/2022, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao orçamento de 2023 e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.8. Apreciação de minuta de deliberação que revoga a Deliberação Conjunta Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 113/2020, estabelece diretrizes para a realização de reuniões presenciais.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que a presente deliberação trata da revogação da Deliberação Conjunta Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 113/2020, de 22/05/2020, que regulamentou, em caráter excepcional, devido aos impactos da pandemia por COVID 19, a realização de reuniões e eventos não presenciais no âmbito dos Comitês PCJ. O Sr. André proferiu sobre a retomada da realização de reuniões presenciais das Câmaras Técnicas e dos Plenários dos Comitês PCJ, tendo em vista evolução do controle sanitário da pandemia de COVID-19. Sobre a minuta em discussão, o Sr. André esclareceu que as reuniões presenciais das instâncias dos Comitês PCJ serão realizadas nas seguintes frequências: (I) 2 (duas) reuniões dos Plenários dos Comitês PCJ por ano, sendo 1 (uma) por semestre; (II) 3 (três) reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por ano, sendo pelo menos 1 (uma) por semestre; (III) 2 (duas) reuniões por ano, sendo 1 (uma) por semestre, para as câmaras técnicas que se reúnem bimestralmente; e (IV) 4 (quatro) reuniões por ano, sendo 2 (duas) por semestre, para as câmaras técnicas que se reúnem mensalmente. A partir de 2023, as câmaras técnicas definirão, na reunião de renovação de seus mandatos e coordenações, observando as disposições da referida minuta de deliberação, que serão realizadas de forma presencial e por videoconferência. As frequências para as reuniões presenciais poderão ser alteradas, em caráter

725 excepcional, desde que haja disponibilidade orçamentária para sua realização, mediante a decisão especificada na referida deliberação. O Sr. André informou ainda que a organização e realização das reuniões e de eventos presenciais, pelas Câmaras Técnicas, Câmara Técnica de Planejamento e Plenários deverá observar recomendações emitidas pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto a aspectos sanitários e a necessidade de atendimento a determinações de órgãos oficiais responsáveis por questões de saúde pública. A referida minuta de deliberação foi discutida e validada na 7ª Reunião do GT-Integração de Ações das Câmaras Técnicas da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), que ocorreu em 28/07/2022, por videoconferência e apreciada na 86ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), que ocorreu em 02/09/2022, por videoconferência. Após as explanações, o Sr. André abriu para manifestações e passou a palavra para o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal "Navarro de Andrade" (AAMHOR), que questionou quanto aos valores das diárias para participação dos membros dos Comitês PCJ, em reuniões presenciais e também quanto ao orçamento destinado às Câmaras Técnicas para as respectivas reuniões presenciais. O Sr. André informou que a Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 411/22, de 05/08/2022, estabeleceu os limites de valores de diárias para participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões internas e externas à sua área de atuação. Quanto ao orçamento das Câmaras Técnicas para o ano de 2023, o Sr. André informou que o recurso financeiro, para essa finalidade, está previsto no Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ) para o exercício 2023 a 2025 e que o orçamento foi discutido no âmbito do GT-Integração da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e será alvo de apreciação na 28ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, prevista para ocorrer em 07/12/2022. Dando prosseguimento e não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de deliberação dos Comitês PCJ nº 421/22, de 04/10/2022, que revoga a Deliberação Conjunta Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 113/2020, estabelece diretrizes para a realização de reuniões presenciais, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3. Informes. 3.1. Diretoria dos Comitês PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL informou que: a) em atendimento às exigências do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), todos os novos membros dos Comitês PCJ deverão passar por capacitação. Informou também, que a Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-SP) nº 248, de 18/02/2021, que aprovou a revisão da metodologia de distribuição de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), estabeleceu indicadores relativos à capacitação dos membros dos comitês de bacias hidrográficas. A capacitação poderá ser realizada, entre outras estratégias, por meio dos cursos gratuitos oferecidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), disponíveis por meio do link (<https://capacitacao.ead.unesp.br>). O Sr. André comunicou aos membros dos Comitês PCJ, que após a realização de cursos de capacitações e participação em eventos, devem encaminhar para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ os certificados para registro em banco de dados, através do e-mail ([se.pcj@comites.baciaspcj.org.br](mailto:se.pcj@comites.baciaspcj.org.br)); b) a Câmara Técnica de Uso e Conservação de Água no Meio Rural (CT-Rural) dos

## Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

- 790 Comitês PCJ promoveu, em 21/07, o webinar “O Produtor Rural como Produtor de Água”, o qual teve como principal objetivo apresentar as atividades relacionadas às boas práticas agropecuárias que contribuem direta ou indiretamente à melhoria da qualidade e quantidade de água no meio rural, e também buscou mostrar a aplicação de políticas públicas existentes e que vem sendo aplicadas nas Bacias PCJ. O Sr. André parabenizou a CT-Rural e os envolvidos na realização do evento; c) em 23/09, ocorreu o 3º webinar “Conversando sobre o Rio Jundiá”, organizado pela Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL). O objetivo do evento foi discutir sobre a importância do patrimônio histórico e cultural para a efetivação do enquadramento do Rio Jundiá. O Sr. André parabenizou a CT-OL e os envolvidos na realização do evento; d) ocorreu nos dias 28 e 29 de setembro, o webinar e a oficina promovidos pela Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA). O objetivo do evento foi discutir sobre a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. O Sr. André parabenizou a CT-EA e os envolvidos na realização do evento; e) ocorreu em 14/09, o webinar “Segurança hídrica nas Bacias PCJ - Estiagem 2022”, por videoconferência. O evento promoveu a discussão sobre planejamento e gestão de recursos hídricos no contexto da estiagem, bem como a difusão de boas práticas de uso eficiente da água nas Bacias PCJ. O Sr. André parabenizou os envolvidos na realização do evento; f) em 01/07/2022, 01/08/2022 e 01/09/2022 foi encaminhado aos interessados os Boletins Informativos do GT-Estiagem 2022 números 01, 02 e 03 correspondentes aos dados dos meses de junho, julho e agosto. Os materiais apresentam informações técnicas e documentos importantes sobre a situação da estiagem nas Bacias PCJ. Os Boletins Informativos e demais materiais do GT-Estiagem 2022 estão disponíveis no site dos Comitês PCJ; g) dentre as atividades que integram a Operação de Estiagem PCJ - 2022, consta a elaboração de publicação digital contextualizando a estiagem nas Bacias PCJ. Em 01/09/2022 foi enviado aos membros dos Comitês PCJ as cartilhas informativas destinadas a pessoas, instituições, empresas, produtores rurais, entre outros. As cartilhas foram produzidas pela equipe da Assessoria de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ. As cartilhas estão disponíveis no link: <https://movimentopcj.org.br/medidas/>; h) dentre as atividades que integram a Operação de Estiagem PCJ - 2022, consta a realização de campanha publicitária relacionada ao enfrentamento da estiagem em 2022 nas Bacias PCJ. Foi produzido pela Assessoria de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ um vídeo Movimento PCJ pelo uso eficiente da água, que se encontra disponível no link: [https://www.youtube.com/watch?v=ck5D\\_xnL-qg](https://www.youtube.com/watch?v=ck5D_xnL-qg); i) Em 20 e 21/10, ocorrerá o workshop “Reúso da água, remoção de nutrientes e tratamento do lodo”, organizado pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA). O objetivo do evento é aprofundar discussões sobre o papel dos municípios, empresas e indivíduos na promoção e na melhoria das condições de saneamento ambiental nas Bacias PCJ, enfatizando a eficiência dos sistemas de tratamento de esgotos e a viabilidade da utilização de águas de reúso. Serão dois dias de atividades, com um webinar a ser realizado virtualmente na tarde do dia 20/10 e duas visitas técnicas presenciais no dia 21/10 a uma EPAR e uma usina de compostagem de resíduos; j) o IV Sustentare - Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas e o VII WIPIS - Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade ocorrerão entre os dias 16 e 18/11, mediante colaboração entre PUC-Campinas; Escola de Engenharia da USP de São Carlos e Comitês PCJ (GT Indicadores e Monitoramento - CT-RN e
- 855 CT-ID). O prazo para submissão de trabalhos é até 23/10/2022; k) em 27/09 ocorreu a 7ª Reunião do Grupo de Trabalho de Cobrança (GT-Cobrança) da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB). Foi realizada a apresentação do Plano de Trabalho da empresa HidroBR, contratada pela Agência das Bacias PCJ para a realização do estudo de fundamentação para a revisão das Cobranças PCJ; l) todas as prefeituras do Estado de São Paulo devem se cadastrar na Plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos estruturada pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA) até 31/10. A plataforma foi desenvolvida para acompanhar a gestão de resíduos sólidos nos municípios e a implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. As informações prestadas orientarão o poder público no planejamento e formulação de políticas públicas de para a gestão de resíduos sólidos; m) a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo (CIEA-SP), realizou eleição para a sua coordenação, em 28/09, e a Sra. Andréa Borges, representante da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) do CBH-PCJ na CIEA, e Gerente Técnica do Consórcio PCJ, foi eleita como coordenadora da Comissão pelos próximos dois anos; n) foi eleito e empossado, em 30/08/2022, para a função de Vice-presidente do CBH-PJ1, o Sr. David Figueiredo Barros do Prado, representante titular, no Plenário do CBH-PJ1, do Melhoramentos Florestal, para o mandato compreendido entre 30/08/2022 e a data da próxima eleição, que deverá ocorrer até 31/06/2023, em substituição a Sra. Laene Fonseca Vilas Boas. O Sr. André agradeceu a participação da Sra. Laene e deu as boas-vindas ao novo representante; o) o XXIV ENCOB 2022 - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, ocorreu entre os dias 22 a 26/08/2022, em Foz do Iguaçu/Paraná e contou com a participação de membros dos Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ; p) a 87ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento está programada para ocorrer em 04/11/2022, às 9:00 horas, por videoconferência. O Sr. André solicitou aos membros que reservem a data em suas agendas de trabalho. **3.2. Agência das Bacias PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra para a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: a) ocorreu em 18/08, reunião na sede da Fundação Agência das Bacias PCJ para avaliação da execução das ações previstas no Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA - 1º semestre de 2022, com a participação de representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), da Fundação Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ; b) em 16/09 ocorreu a oficina “Metas e Ações do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 e Oportunidade de Recursos Financeiros dos Comitês PCJ (orçamento 2023)”, por videoconferência. Houve a apresentação sobre o Plano de Bacias, regras de seleção de empreendimentos, formas de inscrição, entre outros esclarecimentos aos municípios prioritários da porção paulista das Bacias PCJ; c) a partir de setembro será implantada em Capivari, pela Fundação Agência das Bacias PCJ, a Ferramenta GISWATER, que visa combater as perdas de água e melhorar a gestão do sistema de abastecimento de água. A medida segue deliberação dos Comitês PCJ, por iniciativa das Câmaras Técnicas de Saneamento (CT-SA) e de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID); d) dando prosseguimento, o Sr. Evens de Oliveira, Diretor



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

920 Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias  
PCJ, informou que foi realizada a contratação de Estudo  
Arqueológico da área apontada para a implementação de  
925 barragem na Bacia do Rio Corumbataí. O prazo de conclusão  
do estudo é de 5 meses e ainda contribuirá no processo de  
licenciamento ambiental do empreendimento, conforme  
exigência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico  
Nacional (IPHAN); e) foi realizada a apresentação do Plano de  
Trabalho e discussões das próximas etapas do trabalho para a  
930 realização do estudo de fundamentação para a revisão das  
Cobranças PCJ. A empresa HidroBR foi contratada pela  
Agência das Bacias PCJ para a realização do estudo de revisão  
das Cobranças PCJ; f) em seguida, o Sr. Sérgio Razera,  
Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ,  
cumprimentou a todos e informou que em 05/09 ocorreu a  
935 inauguração das obras da 2ª fase da ampliação e modernização  
da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no bairro Estoril,  
realizadas pela Atibaia Saneamento, por meio de Parceria  
Público-Privada (PPP) com a Saneamento Ambiental Atibaia.  
Com a entrega, a cidade ampliou sua capacidade de tratamento  
940 de esgoto, que passa dos 200 l/s para 300 l/s; g) em 21/09, os  
colaboradores da Fundação Agência das Bacias PCJ  
comemoraram o Dia da Árvore com uma visita a propriedade  
referente ao Projeto Piracicaba/Microbacia dos Marins, na  
Cooperativa de Horticultores (COOPHORT), na área rural em  
945 Piracicaba. Os colaboradores ainda realizaram o plantio de  
árvores na propriedade e houve um bate papo com a equipe da  
cooperativa. No evento, houve a presença da Sra. Nancy  
Thame, Secretária de Agricultura e Abastecimento do  
município de Piracicaba. **3.3. Membros dos Plenários.** O Sr.  
950 André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de  
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São  
Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ  
FEDERAL, passou a palavra para o Sr. Sidney José da Rosa,  
representante da Associação de Agricultura Orgânica e  
955 Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), que agradeceu à Sra.  
Laene Fonseca Vilas Boas pela contribuição no CBH-PJ. O Sr.  
Sidney criticou o Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
(IGAM) devido a dificuldade na realização dos trabalhos  
associados ao CBH-PJ e indagou sua prostração quanto aos  
960 trabalhos exercidos pela Fundação Agência das Bacias PCJ.

Dando sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr.  
Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação  
das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador  
da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH),  
965 que apresentou informações sobre a gestão das descargas do  
Sistema Cantareira. Ressaltou a importância das precipitações  
ocorridas nos últimos dias, entretanto demonstrou  
preocupação com a estiagem no período seco que será  
finalizada em 30 de novembro e com o início do período úmido  
970 que se estenderá até 2023. O Sr. Alexandre afirmou que a CT-  
MH vem acompanhando diariamente a gestão do Sistema  
Cantareira equilibrando as demandas e a preservação da água.  
Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Francisco  
Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio  
975 Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e  
Jundiá (Consórcio PCJ), que informou a solicitação do  
município de Indaiatuba em relação a qualidade das águas do  
Rio Jundiá. A reunião ocorreu dia 21/09, por  
videoconferência e teve a participação do Sr. André Navarro,  
980 Sr. Sérgio Razera, representantes da Companhia Ambiental do  
Estado de São Paulo (CETESB), da Companhia de  
Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), do  
município de Jundiá e do Consórcio PCJ. Em seguida, o Sr.  
André passou a palavra para o Sr. Francisco Antônio  
985 Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê  
(INEVAT) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de  
Educação Ambiental (CT-EA), que informou que a Unidade  
de Gestão de Cultura da Prefeitura de Jundiá realizou no dia  
26 e 27/08, um curso de extensão em Educação Patrimonial  
990 sobre o rio Jundiá. A programação foi composta de uma parte  
teórica, sobre o conceito aplicado de patrimônio hídrico e  
cultural e trabalho de campo. O curso teve apoio do Instituto  
de Geociências da Unicamp, INEVAT, DAE e FATEC/Itu.  
Por fim, o Sr. André deu as boas-vindas a Sra. Mylena  
995 Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da  
Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) que  
ocupou o cargo de membro do segmento Usuários de Recursos  
Hídricos no Plenário do CBH-PJ1. **4. Encerramento.** Nada  
mais havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a participação de  
1000 todos e, com a autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ,  
deu por encerrada a reunião.

(assinado digitalmente)

**SIDNEY JOSÉ DA ROSA**

Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente  
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

**LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA**

Presidente do CBH-PCJ e  
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

**DAMIÃO APARECIDO DO COUTO**

Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

**ANDRÉ LUIZ SANCHEZ NAVARRO**

Secretário-executivo do CBH-PCJ e  
do PCJ FEDERAL